



**PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO TOCANTINS**

Sumário

- 03 - Apresentação
- 04 - 30 Anos
- 05 - Linha do tempo
- 06 - Nossa História
 - 1º Período – 1989/1994
- 10 - 2º Período – 1994/2008
- 15 - 3º Período – 2008/2019
- 17 - Aposentados
- 19 - Galeria
- 21 - Servidores
- 22 - Homenagem Póstuma

Ficha técnica

Textos e edição:

Jocyelma Santana

Pesquisa histórica:

Informativos/PGE;
Diário Oficial do
Tocantins

Fotografias:

Acervo/MPE; Acervo/Secom;
Acervo/ Centro de Estudos;
Acervos pessoais

**Projeto Gráfico, diagramação
e arte final:** Agência Public

Expediente

Mauro Carlesse
Governador do Estado do
Tocantins

José Sebastião Vieira de Melo
Secretário de Estado da
Comunicação

Nivair Vieira Borges
Procurador-Geral do Estado

Márcio Junho Pires Câmara
Subprocurador-Geral do Estado

Deocleciano Gomes Filho
Corregedor

Maria das Graças R. Hoffmann
Subprocuradoria de Consultoria
Especial

Frederico Cezar Abinader Dutra
Subprocuradoria do Estado do
Tocantins em Brasília

Jax James Garcia Pontes
Subprocuradoria Judicial

Paula Souza Cabral
Subprocuradoria
Fiscal e Tributária

Lívia Ferraz Tenório
Subprocuradoria Administrativa

Josué Pereira de Amorim
Subprocuradoria de Precatórios
e Ações Trabalhistas

Ana Flávia Ferreira Cavalcante
Subprocuradoria do Patrimônio
Imobiliário

Elyane Guimarães Monteiro
Subprocuradoria do Centro
de Estudos

**Jocyelma Santana e
Thelma Maranhão**
Assessoria de Comunicação

Apresentação

A implantação da representação judicial e extrajudicial do Estado do Tocantins nasceu em 23 de janeiro de 1989, ainda na capital provisória, em Miracema do Tocantins, com o nome de Advocacia-Geral do Estado do Tocantins, órgão considerado de primeiro nível da Administração Estadual.

Os primeiros anos de atuação não foram fáceis, porque tudo ainda estava em construção. Não só os prédios e edificações que abrigariam a nova estrutura do recém-criado Tocantins. Mas também toda a legislação que deveria conduzir a atuação da defesa do Estado.

Era preciso encarar, com visão e determinação, a árdua tarefa de construir um arcabouço jurídico para edificação e solidificação da advocacia pública estadual. Missão encarada com disposição por jovens advogados e por profissionais experientes que trabalharam em espaços improvisados, ambientes com pouco conforto,

representando, com muito afinco e zelo, judicial e extrajudicialmente o Tocantins, nas mais diferentes esferas.

Só em 1994, o órgão passou a ser chamado de Procuradoria-Geral do Estado, com a reestruturação proposta pela Lei Complementar nº 7. Neste mesmo ano foi realizado o primeiro concurso para Procurador do Estado do Tocantins.

A história foi sendo construída por atores dos mais diversos estados do Brasil, gente que ajudou a formar a Procuradoria -Geral do Estado, superando obstáculos, vivenciando cotidianamente o desafio de defender os interesses do Tocantins, nas subprocuradorias especializadas.

Mais que se propor a relatar minuciosamente tudo que ocorreu nestes 30 anos, o que seria impossível, esta revista busca ser uma homenagem singela a todos que dedicaram e dedicam boa parte de suas vidas, como servidores, técnico administrativos, assessores e Procuradores do Estado à missão de defender os interesses do Tocantins, no âmbito judicial e extrajudicial, nas diversas áreas.

Nivair Vieira Borges
Procurador-Geral do
Estado do Tocantins

30 Anos

O que uma Instituição como a Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins teria para contar ou teria de melhor para contar nas festividades que envolvem a criação do Estado do Tocantins, em 5 de outubro de 1988, e sua instalação em 1º de janeiro de 1989?

Antes de mais nada e sobretudo temos que falar das pessoas. Quem e como eram as pessoas que acreditaram e que se dispuseram a implantar a advocacia pública em um Estado que acabara de nascer?

Quais os tipos de demandas que poderiam recair sobre um estado recém-nascido?

Foram várias, inúmeras e desafiadoras demandas! Não só jurídicas, mas também materiais e humanas.

Implantar novas políticas públicas, aparelhar a então Advocacia-Geral para transformá-la na atual Procuradoria-Geral, com procuradores concursados desde 1994, e que comemoram, portanto, 25 anos de carreira, foi uma tarefa árdua, suada e empoeirada para muitos que nos antecederam.

Por isso, fundamental registrarmos nossas Memórias, fazendo deste trabalho o melhor presente que poderíamos oferecer nos 30 anos da Procuradoria-Geral, em respeito às gerações passadas, presentes e futuras.

Elyane Guimarães Monteiro

Subprocuradora do Centro
de Estudos

Linha do Tempo

1991

Advogado - Geral
Coriolano Santos
Marinho na
Assembleia

**1997 a
2006**

Terceira sede
provisória



Primeiro Advogado -
Geral do Estado Mário
Bezerra Cavalcante

1989

Segunda sede
provisória

**1993 a
1997**

Atual sede

**2006 a
2019**

Nossa História

1º Período
1989/1994

De Advocacia-Geral
à Procuradoria
Geral do Estado

Tão logo foi promulgada a Constituição Federal de 1988, em 5 de outubro, nascia o Estado do Tocantins, no Ato das Disposições Transitórias daquela carta magna. Era um sonho que se tornava realidade para milhares de pessoas que moravam no então norte de Goiás. Mas também se mostraria uma árdua tarefa para aqueles que se uniriam na formatação e estruturação da nova unidade federativa, para instalação dos poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário.

De forma que, em 23 de janeiro de 1989, junto

com a organização básica do Poder Executivo do Tocantins, a Lei nº 1, promulgada pela Assembleia Constituinte, nascia também a Advocacia-Geral do Estado (AGE).

O artigo 24 delimitava o seu âmbito de ação: a “representação judicial e extrajudicial do Estado do Tocantins; a cobrança judicial da dívida ativa do Estado de natureza tributária; o exercício

das funções de consultoria e assessoramento do Governador do Estado e outras atividades correlatas”.

Para compor o quadro de advogados, vieram jovens e experientes profissionais, dispostos a ocupar espaços improvisados em prédios alugados da capital provisória, Miracema do Tocantins, ou a partir de 1º de janeiro de 1990, os galpões de madeirite e telha de amianto da capital em construção, Palmas. Assumiram dispostos o trabalho, sob a batuta do primeiro advogado-geral, o então procurador de justiça de Goiás, Mario Bezerra Cavalcante.

A primeira sede da AGE na capital definitiva foi um galpão provisório, com mesas e cadeiras rústicas, onde o quadro técnico-administrativo, assessores e advogados passavam o dia e até a noite, já que ali vários deles também dormiam. Apenas o gabinete do advogado-geral foi instalado no recém-construído Palácio Araguaia, a principal edificação da cidade.

Não era incomum, neste período, os profissionais usarem sapatos diferentes, mais simples, para percorrer as ruas ainda sem

asfalto e, depois, trocaram por outros menos empoeirados, para participar das audiências do Poder Judiciário.

De 1º de janeiro de 1989 a 24 de novembro de 1994, quatro juristas comandaram a Advocacia-Geral do Tocantins: Mário Bezerra Cavalcante, Waldemar Moraes da Silva, Benvindo de Sousa Neto e Coriolano Santos Marinho.

Destacam-se neste período de implantação e fortalecimento da defesa do Tocantins a institucionalização, em 5 de janeiro de 1994, da Procuradoria-Geral do Estado e da carreira de procurador do Estado, numa iniciativa do então advogado-geral Coriolano Santos Marinho.

Sob o comando de Marinho foi também realizado o 1º Concurso para Procurador do Estado do Tocantins, com oferta de 60 vagas. Os aprovados foram empossados pelo governador Moisés Nogueira Avelino.



Com autoridades, o primeiro advogado-geral do Estado, Mário Bezerra Cavalcante, com o governador Siqueira Campos, e o Procurador-Geral de Justiça José Omar de Almeida Jr.



Procuradores reunidos analisando casos na segunda sede provisória

Advogado-geral Coriolano Santos Marinho na Assembleia Legislativa



Posse dos primeiros procuradores do Estado concursados - 1994



Procuradores em atividade



*Márcio Junho Pires Câmara
1994 – Gabinete*

*Haroldo Carneiro Rastoldo – 1994
Subprocuradoria Fiscal e Tributária*



*Irana de Sousa Coelho Aguiar – 1994
Subprocuradoria Fiscal e Tributária*

*Sebastião Alves Rocha – 1994
Subprocuradoria Fiscal e Tributária*

*Henrique José A. Júnior – 1994
Subprocuradoria Fiscal e Tributária*



*Josué Pereira de Amorim – 1994
Subprocuradoria de Precatórios
e Ações Trabalhistas*

*Deocleciano Gomes Filho
1994 - Corregedoria*

*Elyane Guimarães Monteiro
1994 – Subprocuradoria do
Centro de Estudos*

*Adelmo Aires Júnior – 1994 –
Subprocuradoria Fiscal e Tributária*



*Sérgio Rodrigo do Vale – 1994
Subprocuradoria Judicial*



*Marco Aurélio Paiva Oliveira – 1994
Subprocuradoria Fiscal e Tributária*



*Maria Fernanda Panno – 1994
Subprocuradoria Administrativa*



*Maria das Graças Rodrigues Hoffmann
1994 – Subprocuradoria de
Consultoria Especial*



*Fabiano Antônio Nunes de Barros
1994 - Subprocuradoria de
Precatórios e Ações Trabalhistas*



*Livia Ferraz Tenório – 1994
Subprocuradoria Administrativa*



*Hércules Ribeiro Martins - 1994
Subprocuradoria Fiscal e Tributária*



*Ana Keila Martins Barbiero Ribeiro
1994 - Subprocuradoria Fiscal e Tributária*



*Anuar Jorge Amaral Cury – 1994
Subprocuradoria Judicial*

No início deste segundo ciclo histórico, a Procuradoria-Geral do Estado se fortaleceu sob a condução de cinco advogados: Coriolano Santos Marinho, Sebastião Alves Rocha (novembro a dezembro de 1994), João Batista de Castro Neto (janeiro a junho de 1995), Darci Martins Coelho (junho a agosto de 1995) e Manoel Pires dos Santos (agosto de 1995 a maio de 1996).

De maio a setembro de 1996, coube ao procurador do Estado Ramon Rodrigues Garcia, então chefe de gabinete da PGE, assumir interinamente o órgão, até a nomeação, em 2 de setembro, do novo procurador-geral, José Renard de Melo Pereira, primeiro integrante da carreira a ser nomeado para o cargo, onde permaneceu até 31 de janeiro de 2006, sendo o único indicado por dois diferentes governadores: José Wilson Siqueira Campos e Marcelo de Carvalho Miranda. Sob a batuta de José Renard, destacou-se o firme posicionamento da PGE na condução da intrincada questão fundiária de Palmas, a busca de acordo judicial para revitalização do Projeto de Irrigação Rio Formoso, no Sul do Tocantins, além da participação ativa da Instituição na análise jurídica dos procedimentos legais que antecederam e determinaram a contratação da Fundação Cesgranrio para realização de Concurso Público para

2º Período 1994/2008

provimento de cargos do Quadro Geral do Estado, com oferta de cinco mil vagas.

De fevereiro de 2006 a setembro de 2009, o procurador do Estado Hércules Ribeiro Martins chefiou a Instituição. Entre as suas realizações, a mudança para a sede definitiva, na Esplanada das Secretarias, com 71 salas, 10 banheiros, copa, elevador, auditório e biblioteca com acervo de três mil publicações jurídicas.

Destacam-se também a organização e a homologação do 2º Concurso para Procurador do Estado, cujo edital foi lançado em julho de 2007 e a posse dos aprovados em dezembro daquele ano, com a presença do governador Marcelo de Carvalho Miranda.

Também no final de 2007, a Assembleia Legislativa aprovou a proposta de emenda à Constituição Estadual, modificando o parágrafo 1º do artigo 51, estabelecendo que a Procuradoria Geral só poderia ser chefiada por integrante da carreira de procurador do Estado, com idade superior a 35 anos e que possua notável saber jurídico e conduta ilibada. Até então, o

Fortalecimento da Instituição e o segundo concurso



3ª sede provisória

governador tinha liberalidade de escolher qualquer jurista, para ocupar o cargo.

A partir de janeiro de 2008, o quadro da Instituição passou a contar com 61 procuradores do Estado.

Este período histórico foi marcado pela realização do I Simpósio de Procuradores do Estado do Tocantins e oferta, por meio do Centro de Estudos da PGE, de cursos de pós-graduação para integrantes da carreira, em direito eleitoral, público, tributário, administrativo, constitucional, civil e processual civil.



Encontro de Procuradores do Estado do Tocantins 2002



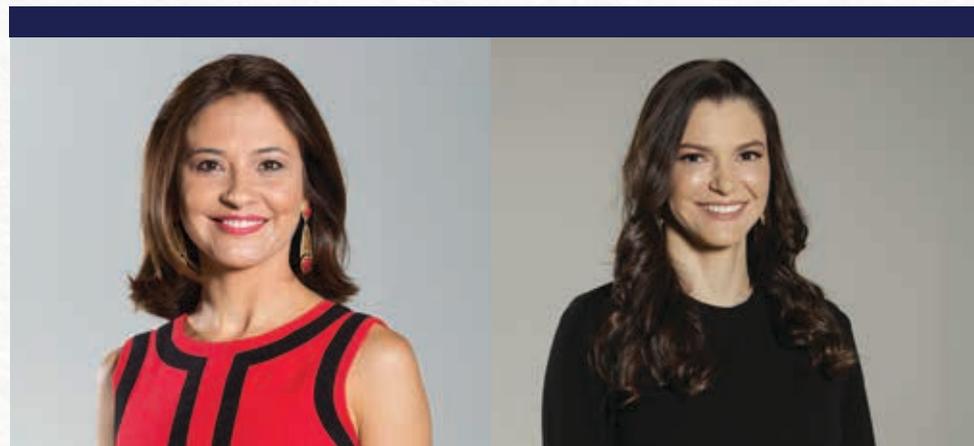
Procurador-Geral José Renard com a subprocuradora do Centro de Estudos, Nícia Vieira de Araújo



Posse dos novos procuradores - 2007



Procuradores em atividade



*Fabiana da Silva Barreira – 2007
Subprocuradoria de Precatórios
e Ações Trabalhistas*

*Patrícia de Alvarenga Xavier 2007
Subprocuradoria de Consultoria Especial*



*Murilo Francisco Centeno – 2007
- Subprocuradoria Judicial*

*Elfás Cavalcante L. Aragão Elvas – 2007
Subprocuradoria Fiscal e Tributária*

*Agripina Moreira – 2007
Subprocuradoria Judicial*

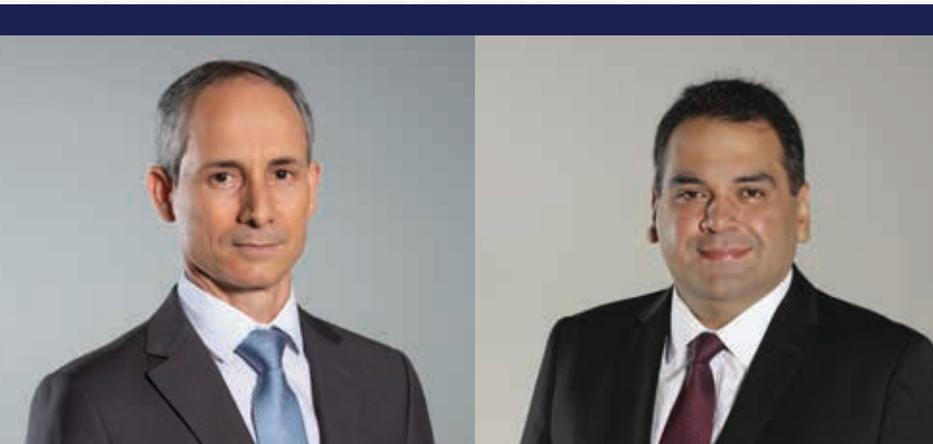


*Paula Souza Cabral – 2007
Subprocuradoria Fiscal e Tributária*

*Ana Flávia Ferreira Cavalcante
2007 -Subprocuradoria do
Patrimônio Imobiliário*

*Bruno Nolasco de Carvalho
2007 - Subprocuradoria Judicial*

*Rodrigo de Meneses dos Santos
2007 – Procuradoria Administrativa*



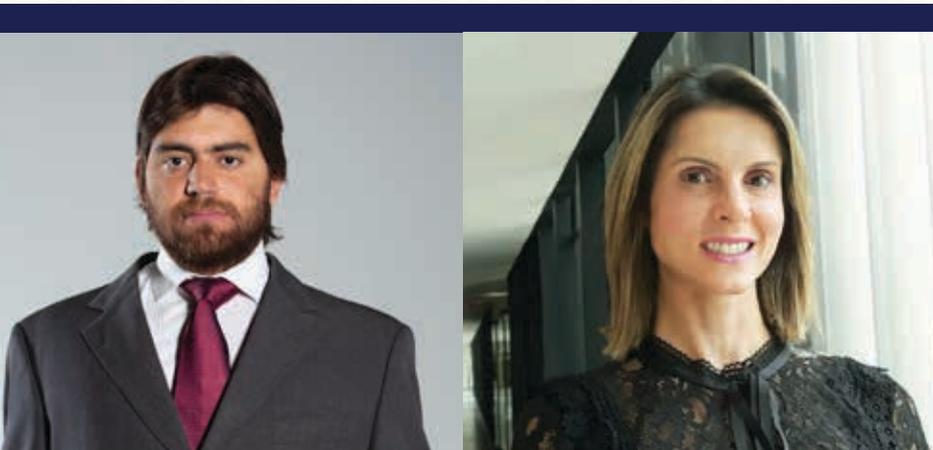
*Nivair Vieira Borges – 2007
Procurador-Geral do Estado*

*Frederico Cezar Abinader Dutra
2007 – Subprocuradoria do Estado do
Tocantins em Brasília*



*Klédson de Moura Lima
2007 – Subprocuradoria Judicial*

*Ana Catharina França de Freitas
2007 - Subprocuradoria Administrativa*



João Cavalcanti G. Ferreira - 2007

Marília Rafaela Fregonesi - 2007



*Draene Pereira de Araújo Santos
2007 - Subprocuradoria Judicial*



*Fernanda Raquel F. de Sousa Rolim – 2007
Subprocuradoria do Patrimônio Imobiliário*



*Jax James Garcia Fontes – 2007
Subprocuradoria Judicial*



*Maurício Fernando D. Morgueta
2007 - Subprocuradoria Judicial*



*Nadja Cavalcante R. de Oliveira
2007 - Subprocuradoria Judicial*



*Sulamita Barbosa Carlos Polizel – 2007
Subprocuradoria do Patrimônio Imobiliário*

Procuradores em atividade

3º Período 2008/2019

A consolidação da defesa do Tocantins e as metas para a próxima década

Já no terceiro ciclo histórico, iniciado com o exercício dos novos procuradores do Estado, durante o mandato tampão do governador Carlos Henrique Gaguim, o procurador do Estado Haroldo Carneiro Rastoldo assumiu a PGE (setembro de 2009 a dezembro de 2010).

Além das demandas judiciais nas diversas áreas especializadas de atuação da PGE, um dos destaques da gestão foram as discussões que resultaram no acordo judicial relativo ao pagamento de indenizações dos herdeiros de militares já falecidos, firmado entre Governo do Estado e associações militares. Além disto, sob o comando de Rastoldo, a PGE iniciou as ações para o ressarcimento ao erário, dos valores que foram pagos pelas desapropriações ocorridas na implantação do Projeto Agrícola de Campos Lindos.

Depois, a função foi repassada aos procuradores do Estado, Bruno Nolasco de Carvalho (janeiro a abril de 2011) e André

Luiz de Matos Gonçalves (abril de 2011 a maio de 2014).

Bruno Nolasco buscou direcionar os trabalhos da Procuradoria, adotando uma postura técnica e preventiva, orientando os demais órgãos da estrutura estadual para que atuação visasse evitar prejuízos econômicos ao Estado. Em sua gestão, foi conduzido o processo de anulação do concurso do Quadro Geral de servidores do Tocantins.

Com André Luiz, a PGE buscou eficiência na atuação e economia para os cofres estaduais, protagonizando acordos que ajudaram a evitar diversas ações na Justiça. Outro foco desta gestão foi contribuir na consolidação de políticas públicas efetivas nas áreas de educação, saúde, infraestrutura e habitação, além de medir a eficiência do trabalho interno, por meio dos procedimentos correicionais.

Em 30 anos de instituição, a única mulher a ocupar o posto principal foi a procuradora do

Estado Rosanna Medeiros Ferreira Albuquerque, de maio a dezembro de 2014. Com perfil austero e firme, Rosanna conduziu a PGE num processo de transição na instituição e no governo estadual, sem perder o foco na busca pela eficiência na defesa do Estado e na solução das diversas demandas judiciais.

Depois de Rosanna, seguiram-se Sérgio Rodrigo do Vale (janeiro de 2015 a março de 2018) e Nivair Vieira Borges (abril de 2018 aos dias atuais).

Sérgio do Vale deu início às providências legais para realização do 3º Concurso para Procurador do Estado do Tocantins, ainda em 2017, com a criação da comissão formada pelos procuradores do Estado, Livia Ferraz Tenorio (presidente), Mauricio Fernando Domingues Morgueta e Vania Lucia Maciel Mendes Milhomem.

A partir da segunda etapa, o certame, que ofereceu 20 vagas e teve mais de cinco mil inscritos, esteve sob a responsabilidade do Procurador-Geral Nivair Vieira Borges. O concurso foi homologado pelo governador Mauro Carlesse, em julho de 2019.

Um dos destaques da gestão de Sérgio do Vale foi a realização do Programa de Desenvolvimento das Competências (PDC),

envolvendo mais de 100 servidores – administrativos, assessores e procuradores – da Instituição. Mas também o andamento dos trabalhos para definição das divisas territoriais entre Tocantins e Bahia, as discussões sobre questões fundiárias em áreas arrecadadas da União e tituladas pelo Estado do Tocantins, a desocupação de casas populares inacabadas e a suspensão de alinhamentos salariais nos tribunais.

Já sob o comando de Nivair Borges, mesmo

com redução no quadro de procuradores do Estado, em virtude das aposentadorias, e com crescimento recorde no volume de novos processos, a PGE, alcançou vitória em ações judiciais que resultaram em economia superior a R\$ 600 milhões aos cofres públicos, entre maio de 2018 e julho de 2019. Coube também ao procurador-geral Nivair, dar andamento ao concurso para ingresso de novos procuradores do Estado, apresentando à Justiça as razões que cobravam a retomada do

andamento do cronograma das provas até a publicação do resultado final.

Entre as metas da atual gestão, e já em andamento, estão o projeto de reforma do prédio-sede, investimentos na modernização e atualização do sistema de gerenciamento de processos judiciais visando aprimorar os recebimentos das execuções fiscais, a aquisição de novo arquivo central digital (Data Center) e a posse dos aprovados no 3º Concurso Público para Procurador do Estado.

Conselho da PGE se reúne para discutir atividades



Governador Mauro Carlesse reconhece eficiência na atuação da PGE



Procuradores do Estado em visita ao Palácio Araguaia



Aposentados



Teotônio Alves Neto



José Renard de Melo Pereira



Rosanna Medeiros F. Albuquerque



Alcides de Oliveira Souza



Carlos Roberto Viveiros



Vânia Lúcia Maciel M. Milhomem



Abelardo Moura de Matos

*Carlos Canrobert Pires | Francisco Carlos de Oliveira
| João Rosa Júnior | Luzia Araújo Brito | Maria de Fátima Neto*



Gedeon Batista Pitaluga



*Geraldo Donizette
Carmo de Moraes*



Guido Geraldo Correia Viana



Ivanez Ribeiro Campos



José Jordão de Toledo Leme



Lucélia Maria Sabino Rodrigues



*Maria das Graças de
Carvalho Bastos*



Maristene Sena Barcellos



Mauro Lopes Teixeira



Nícia Vieira de Araújo



Osmarino José de Melo



Sônia Maria Rossato



Téo Leão Ayres



Thaís Ramos Rocha



*Walter Atta Rodrigues
Bittencourt*



*Wilde Maranhense
de Araújo Melo*

Galeria

Advocacia-Geral
do Estado



Mário Bezerra Cavalcante
01/01/1989 - 03/01/1990



Waldemar Moraes da Silva
03/01/1990 - 24/10/1990

Procuradoria-Geral
do Estado



Benvindo de Souza Neto
24/10/1990 - 15/03/1991



Coriolano Santos Marinho
15/03/1991 - 24/11/1994



Sebastião Alves Rocha
24/11/1994 - 31/12/1994



João Batista de Castro Neto
01/01/1995 - 12/06/1995



Darci Coelho
12/06/1995 - 04/08/1995



Manoel Pires
04/08/1995 - 29/05/1996

Procuradoria-Geral do Estado



José Renard de Melo Pereira
02/09/1996 - 31/01/2006



Hércules Ribeiro Martins
31/01/2006 - 09/09/2009



Haroldo Carneiro Rastoldo
09/09/2009 - 31/12/2010



Bruno Nolasco de Carvalho
01/01/2011 - 28/04/2011



André Luiz de Matos
Gonçalves - 28/04/2011
04/05/2014



Rosana Medeiros Ferreira
Albuquerque
05/05/2014 - 31/12/2014



Sérgio Rodrigo do Vale
01/01/2015 - 19/04/2018



Nivair Vieira Borges
20/04/2018 - atual

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Servidores



*Agradecimentos
(homenagem póstuma)*

Joaquim Cavalcante Lima

José Boris Pelles

Leonardo Fregonesi Júnior

Luiz Gonzaga Assunção

Marcelo Motta e Silva Cunha

Osório João Worm

Ramon Rodrigues Garcia

Valdeir Frederico Furlan



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

**PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO**

